



INFORMATIVO

O TUIUTI



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

220 anos do Tratado de Badajoz e da posse das Missões pelos luso-brasileiros - 210 anos da Intervenção de Dom João na Banda Oriental - 200 anos do Tratado de Incorporação da Cisplatina ao Império - 190 anos da Abdicação - 190 anos da criação da Guarda Nacional - 180 anos da pacificação da Balaiada por Caxias - 170 anos do início da Guerra contra Oribe e Rosas - 160 anos da Questão Christie - 150 anos do Tratado de Paz com o Paraguai - 150 anos da Lei do Ventre Livre - 130 anos da 1ª Constituição Republicana - 120 anos do início da Revolução Acreana por José Plácido de Castro - 80 anos da criação do Ministério da Aeronáutica.

ANO 2021

Junho

Nº 378

Exército Brasileiro: instrumento de desenvolvimento nacional

Flávio Noronha – Acadêmico da AHIMTB/DF, Advogado.

Publicado em:

<https://sosbrasil.com.br/artigo/exercito-brasileiro-instrumento-de-desenvolvimento-nacional/>



Muitas décadas de trabalhos primorosos acostumaram-nos a enxergar o Exército Brasileiro muito além do que o de “contributor” (contribuidor) para a garantia da soberania nacional; de garantidor dos poderes constitucionais, da lei e da ordem; e de provedor da segurança militar da pátria. Hoje, vemo-lo claramente como um dos grandes, senão o maior, artífices do crescimento e da integração do nosso povo.

Isto porque constitui missão da Força, também e especialmente em tempos de paz, a cooperação com o desenvolvimento nacional e com o bem-estar social, a qual é cumprida por meio de sua permanente prontidão para a construção do que lhe for demandado, o que pode incluir portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, pontes, açudes, barragens, etc., não importando se em lugares tidos por construtoras privadas como inóspitos, impenetráveis ou isolados.

Ou seja, para o Exército e pelo seu histórico “Departamento Real Corpo de Engenheiros” (Departamento de Engenharia e Construção), não há missão dada que não possa ser paga por seus profissionais de excelência, integrantes de onze batalhões de construção e por suas subunidades, incorporadas ou independentes.

Aos que erroneamente julgam tratarem-se, tais trabalhos, de desvirtuamento de suas funções essenciais, é importante esclarecer que a nossa Força Terrestre, em que pese ser uma instituição de estado e não de governo, desde o longínquo ano de 1880 é autorizada a realizar convênios com órgãos públicos federais, estaduais e municipais para a implementação de obras que impliquem o já mencionado desenvolvimento nacional, fazendo convergir seus esforços e dedicação decorrentes da aplicação dessa expertise ao mais puro espírito militar, de forma que tudo redunde no constante adestramento de seus soldados – desde os não graduados até os generais – na busca da elevação do seu nível operacional, o que a mantém apta para atender prontamente a eventuais necessidades de guerra, apesar de não participarmos de uma desde 1945.

Isto vai ao encontro do que ensinou, quase quinhentos anos antes de Cristo, o general, estrategista e filósofo militar chinês, admirado especialmente pelo seu tratado militar denominado “A Arte da Guerra”, Sun Tzu: “... na paz, devemos nos preparar para a guerra. E na guerra, prepararmo-nos para a paz, eis que “o verdadeiro objetivo da guerra é a paz”.

De 1955 até hoje, onze Batalhões de Engenharia de Construção foram criados (nove com denominação de BEC e dois chamados de Ferroviários), os quais contam com a média de 650 homens cada e são responsáveis por milhares de quilômetros de rodovias e ferrovias já construídos e em andamento, além de outros tantos de obras públicas que significaram melhoria na qualidade de vida do brasileiro, tendo, inclusive, participado ativamente da obra de transposição do Rio São Francisco, cuja importância e grandiosidade para a região nordeste é histórica.

Nove deles estão situados nas regiões Norte e Nordeste, nas cidades de Caicó-RN (Batalhão Seridó), Teresina-PI (Batalhão Heróis do Jenipapo), Picos-PI (Batalhão Visconde da Parnaíba), Barreiras-BA (Batalhão General Argolo), Porto Velho-RO (Batalhão Cel Carlos Aloysio Weber), Boa Vista-RR (Batalhão Simón Bolívar), Rio Branco-AC (Batalhão Barão do Rio Branco), Santarém-PR (Batalhão Rondon), Cuiabá-MT (Batalhão General Couto de Magalhães), e outros dois nas Regiões Sudeste e Sul, sendo um em Araguari-MG (Batalhão Mauá) e outro em Lages-SC (Batalhão Benjamin Constant).

Há pelo menos quatro grandes diferenciais que destacam os serviços prestados pelo Exército em relação aos da iniciativa privada, quando se trata de obras de engenharia: os custos são entre 30% e 40% menores, haja vista a inexistência de relação de emprego celetista entre o Estado e os militares que os executam, o que implica a não incidência dos pesadíssimos encargos trabalhistas inerentes aos contratos de trabalho normais; a ausência de corrupção ou malversação de recursos públicos, o que garante o exato cumprimento entre o que é projetado e o resultado final das obras; a excelente qualidade das construções, com cumprimento dos prazos estabelecidos, haja vista a utilização de materiais adequados, de qualidade apropriada a cada tipo de missão, e a fiscalização permanente dos projetos físico-financeiros, mantida sob a égide da subordinação hierárquica, com prestação de contas continuada; e a desinflência de obstáculos de qualquer natureza, como climáticos, geográficos ou de conturbação, que impeçam a assunção, o ir e o fazer, dada a característica da mobilidade, peculiar da Arma de Engenharia. Ou seja, ela vai onde o trabalho a chama.

De tudo isto, basta a simples inocorrência da corrupção – mazela que assola há 521 anos o nosso País – para que as realizações alcem aos picos de qualidade (preço, material, mão de obra, relação de subordinação, responsabilidade por boa execução, espírito público), não nos esquecendo, é claro, que, além dessa

alavancagem na infraestrutura nacional, nosso Exército mantém-se pronto para “o que der e vier”, militarmente falando.

A preocupação com o meio ambiente, com a educação ambiental e com a sustentabilidade das obras são fatores preponderantes para a desincumbência das tarefas assumidas, havendo normas para utilização do campo desde o ano de 1920 (antes, portanto, da recente dominância das preocupações ambientais mundo afora), havendo, inclusive, internamente, um sistema de certificação ambiental baseado em verificações anuais, denominado de Selo Verde – algo similar às certificações ISO da iniciativa privada – deflagrador, dependendo dos resultados das averiguações, de visitas de ajustes nos quartéis, visando à manutenção da excelência nesse quesito.

O Brasil é, senão o único, um dos raríssimos países do mundo em que o Exército trabalha diretamente com obras de caráter permanente, pelo engrandecimento social e melhoria de vida de seu povo, sendo que os demais constroem em seus próprios campos de instrução e, logo após os treinamentos a que se destinam as obras, destroem-nas, vivenciando ciclos de construção e destruição, sem que produzam frutos definitivos para os seus nacionais.

Muitos privilegiados brasileiros – como eu, felizmente – tiveram a honra de participar de um Batalhão de Construção. No meu caso, servi, há 35 anos, como soldado no emblemático e histórico Batalhão Mauá, 2º. Batalhão Ferroviário (antigo 11º BEC), onde pude vivenciar experiências, as quais, já para aquela época, mostravam-se-me como diferencial muito radical em relação à vida como civil.

Lá, como repetição do que se vê em qualquer outro quartel brasileiro, sem qualquer exceção, aprende-se e, mais, compreende-se a importância do respeito hierárquico; desenvolve-se acentuado espírito público e patriótico; enxergam-se vividamente exemplos de trabalho e honradez nos superiores hierárquicos, vistos e havidos como paradigmas de boa conduta; e, por fim, de lá traz-se como legado lições que servem para toda uma vida, como as seguintes que restaram gravadas definitivamente em minha mente: “tudo que deve ser feito, merece ser bem feito. O trabalho honrado tudo vence”.

No meu caso, posso testemunhar o quanto eu me orgulhava de desfilar com a tropa ostentando a bandeira da Arma de Engenharia, com a estampa do “Castelo Lendário da Arma Azul-Turquesa” – escudo de luta; brasão da grandeza e da glória sem fim; forjador da defesa e esteio do Brasil – honrando o engenheiro-patrono João Carlos de Villagran Cabrita.

Como seria importante que os nossos jovens vivenciassem experiências como as aqui relatadas, haja vista, infelizmente, estes terem sido mantidos tão distanciados de sentimentos como o de patriotismo, de civilidade e o de espírito público nas últimas décadas, em que pese o fato de que, aos poucos, o Brasil esteja experimentando, de forma ainda trôpega, o resgate e o reacendimento destas chamadas cívicas.

Para finalizar, segue um “retrato”, por meio de texto parafraseado sobre os lemas dos onze Batalhões de Engenharia de Construção do Brasil, o qual tem o condão de apresentar a Você, leitor, o que são e o que significam para a Força Terrestre e, muito especialmente, para o desenvolvimento do nosso querido Brasil. Ei-lo:

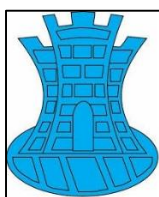
Com “braço forte e mão amiga” “o Exército constrói”. Nós “Combatemos construindo”. “Nós fazemos” “a mais bela batalha do mundo”.

Por experiências próprias, sabemos que “o trabalho honrado tudo vence” e que “quanto maior o desafio e mais difícil a missão, melhor.”

Como “tudo que deve ser feito, merece ser bem feito”, nossas forças são conjugadas, “ao braço firme”, cientes de que “o suor poupa o sangue” e de que “a força da nossa união é a união das nossas forças”.

Por isso, bradamos com o máximo de nossos pulmões:

“p’ra frente lutar!”. “Avante remar!”. “Brasil acima de tudo!”



Uma avaliação da diplomacia brasileira no entreguerras

(Autor desconhecido. Cada um avalie de acordo com o seu critério)

Confrontada com os dilemas econômicos e políticos dos anos 30, a política externa do Brasil apresenta várias facetas. À calma inerente aos países marginais do sistema internacional, substitui-se uma agitação permanente e contraditória que leva o Brasil, em alguns momentos, a aproximar-se do Eixo.

A complementaridade das economias alemã e italiana com a do Brasil encontra-se na base do grande aumento das relações comerciais a partir de 1934. O Novo Plano alemão e as dificuldades do Rio de Janeiro para escoar sua produção de algodão e de café apenas contribuem para aumentar ainda mais suas relações comerciais.

Logo em seguida, a identidade das concepções diante do perigo comunista e as simpatias pró-totalitárias de alguns dirigentes brasileiros, permitem que se passe de uma cooperação técnica para as de caráter político e ideológico. É nessa perspectiva que devemos entender a luta anticomunista germano-brasileira.

No entanto, a colaboração entre o Eixo e o Rio de Janeiro é limitada pela presença material e política dos Estados Unidos, provocando no governo brasileiro um sentimento de resguardo nas suas atitudes vis-à-vis Roma e Berlim. Como exemplo dos limites dessa aproximação podemos citar a não adesão do Brasil ao Pacto Anti-Komintern.

Nessas condições como é possível Getúlio Vargas ousar impor ao país um regime corporativista de nítida inspiração fascista? A não legalização do Estado Novo - o referendo para aprovar a Constituição de novembro de 1937 nunca foi realizado - e a eliminação física e política dos integralistas, demonstram que o personalismo do Estado Novo se sobrepõe a seu caráter ideológico.

A nacionalização forçada de todas as colônias estabelecidas no país não poderia ser realizada sem o aval, ainda que tácito, do poder central. Em suma, a implantação do Estado Novo, suas arbitrariedades, seu controle sobre todas as formas de organização e expressão constitui-se, do ponto de vista das relações internacionais, um elemento secundário do jogo político da época.

Os contatos mantidos pelos principais dirigentes da AIB e o Eixo representam um dos aspectos inovadores que a pesquisa tentou demonstrar. A diplomacia paralela praticada pelo Eixo no Brasil e a acolhida que lhe foi reservada pela AIB devem significar apenas um ponto de partida para pesquisas posteriores, quando os arquivos da AIB tornarem-se públicos.

Três fatores principais determinam a orientação definitiva da política externa brasileira às vésperas e durante os primeiros anos do segundo conflito mundial.

O primeiro é a atitude agressiva e equivocada da Alemanha, que perde em algumas semanas tudo o que ela pode obter, graças ao trabalho paciente de sua colônia, bem como a complementaridade das economias dos dois países e as inegáveis simpatias que o III Reich recolhia em certos meios dirigentes brasileiros. O segundo fator é a designação de Oswaldo Aranha para o Itamaraty. Sua forte personalidade, suas ligações pessoais com Getúlio Vargas, sua admiração pelos Estados Unidos e seu Presidente, bem como as péssimas relações que manteve com a embaixada alemã, fazem com que o responsável pelo Itamaraty desenvolva uma ativa política pró-americana.

O terceiro fator importante é a eclosão da guerra na Europa e a impossibilidade de tornar efetivas - através, por exemplo, de uma cooperação econômica em larga escala - as intenções de aproximação ainda existentes entre Berlim e o Rio de Janeiro.

Interrogando a História através de suas fontes essenciais, ou seja, os arquivos primários, conseguimos traçar um contorno diferente do tradicional sobre a posição brasileira no sistema internacional dos anos 30.

Apesar do desequilíbrio - tanto quantitativo como qualitativo - as fontes brasileiras e estrangeiras disponíveis revelam aspectos pouco explorados das relações externas brasileiras durante o período. Entre as lições mais importantes, deve-se salientar a mudança de perspectiva da política externa brasileira.

Quando o Brasil adota, em novembro de 1937, um regime de tipo corporativista, dando a impressão de aproximar-se não só economicamente, mas, sobretudo, politicamente do Eixo, o Rio de Janeiro escolhe esse momento para atacar centros de interesse considerados vitais por Roma e Berlim.

A historiografia da segunda guerra mundial considera geralmente a Alemanha como um país ativo e empreendedor, tanto na luta político-ideológica como no intercâmbio comercial, enquanto que a importância da Itália é proporcional à sua força militar, ou seja, irrelevante.

Com relação ao Brasil, a diplomacia italiana dá provas de competência e ousadia. Evidentemente a Itália não possui os meios para implantar uma diplomacia paralela no Brasil, mas o fato de tentar pôr em prática uma política externa de tipo imperialista mostra uma outra imagem do Palácio Chigi.

A despeito de alguns erros de apreciação e da falta de tato, a diplomacia dos Estados Unidos é a única que mantém uma política constante e coerente durante o período.

Uma vez designado como adversário o nazi-fascismo, os Estados Unidos traça uma estratégia de aproximação com a América Latina em geral e com o Brasil em particular, obedecendo a um único objetivo: resguardar o Novo Mundo do perigo totalitário. Esse objetivo está distante dos desejos brasileiros e explica muitas das peripécias ocorridas nas relações entre Washington e o Rio de Janeiro.

O fio condutor da política externa brasileira, sugerido em filigrana nesta pesquisa, não deve esconder as rivalidades pessoais, os conflitos de interesse, as hesitações e os reveses, característicos de vários momentos diplomáticos brasileiros. O historiador esforça-se por reconstituir os fatos e os fenômenos históricos, seguindo uma certa coerência julgada fundamental.

Dispondo das informações necessárias e do recuo do tempo, ele encontra-se diante da História bem mais preparado do que o ator. Este deve improvisar e nem sempre possui os elementos indispensáveis à tomada de uma decisão.

A total ignorância dos dirigentes políticos brasileiros sobre as relações entre a Ação Integralista Brasileira e o Eixo, bem como o caráter secreto dos encontros Vargas-Prüfer demonstram a desinformação existente com relação a esse período da história brasileira.

Getúlio Vargas é um excelente tático, sua política interna provou-o diversas vezes. Contudo, é lícito perguntar se ele é tão bom estrategista quanto o seu ministro das Relações Exteriores. Ambos concordam, como vimos, em se esforçar para aumentar o fraco poder de negociação do Brasil e obter para o país um máximo de vantagens econômicas e de assistência militar. Todavia, Aranha parece ter melhor apreciado, em todo caso mais cedo, a relação das forças reais. Ajudado sem dúvida por suas simpatias pessoais, Aranha percebe que o caminho da neutralidade tende a estreitar-se e que os acontecimentos militares vão, cedo ou tarde, precipitar o Brasil na guerra. Vargas, por sua vez, acaricia durante um longo período a hipótese de permanecer à margem do conflito. Para Aranha a aproximação com os Estados Unidos é o caminho natural do Brasil. Se for preciso passar pela guerra, esta deve tornar-se o meio de obter, nos planos econômico e militar, o que a paz recusava.

Em uma perspectiva brasileira, o problema fundamental prende-se à aquisição de meios técnicos e financeiros para lançar o país no caminho da industrialização. Além desse objetivo, a modernização do equipamento militar e a posterior participação efetiva do Brasil no conflito,

Finalmente, a guerra liga organicamente o destinos dos militares brasileiros ao dos Estados Unidos, fazendo com que o processo de americanização de nossa política externa, vislumbrada vez e outra no passado, venha a transformar-se na sua característica maior.



Luiz Ernani Caminha Giorqis

[illegible][illegible]

<http://historia-patriota.blogspot.com/>.